



EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº 002/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 2463/2025

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2025	Data de Abertura: 13/03/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br		
Unidades Contratantes:	Fundo Municipal de Educação - Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ		
Objeto			
Dispensa Eletrônica PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DO SETOR DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO – RJ.			
Valor estimado			
R\$ 50.232,55 (Cinquenta mil, duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Não	Aberto	MENOR VALOR POR ITEM
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Sim	Sim	Não	Não
Intervalo mínimo de diferença entre lances			
R\$0,05(cinco centavos)			
Pregoeiro			
Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)			
Fundamento Legal			
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais:			
1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br . 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

Compras e
Licitações

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

1. OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é Dispensa Eletrônica é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DO SETOR DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICIPAL DE ARRÁIAL DO CABO – RJ**, conforme especificações contantes no Termo de Referência (ANEXO I) do Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 - O critério de julgamento adotado será o **MENOR VALOR POR ITEM**, observadas as exigências contidas no presente Edital e seus anexos.

1.3 - Conforme disposições do inciso II e do parágrafo 3º, ambos do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4483/2024, o Município de Arraial do Cabo faz saber que está em andamento um processo de contratação direta por dispensa de licitação, conforme segue:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

[...]

3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo **prazo mínimo de 3 (três) dias úteis**, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

1.4 - Cabe ressaltar que o valor disposto no art. 75, II da Lei 14.133/2021, fora atualizado

2. DA PARTICIPAÇÃO

Secretaria Municipal de Compras e Licitações

Av. da Liberdade, s/n, Centro, Arraial do Cabo – RJ, CEP: 28930-000

e-mail: compras.licitacao@arraial.rj.gov.br



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

Compras e
Licitações

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

pelo Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, passando a ser **R\$ 65.492,11** (Sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

2.1 Poderão participar desta Dispensa Eletrônica os interessados que estiverem previamente cadastrados no LICITANET (<http://licitanet.com.br>).

2.2. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6 Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.6.3 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

Compras e
Licitações

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.6.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.6.5 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.6.6 Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.9 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7 A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE

3.1 A presente Dispensa de Licitação ficará aberta por um período de 3 (três) dias úteis, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados através do site: <http://licitanet.com.br>, observando-se ao número do processo e o número da dispensa.

3.1.1. Data Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **19/03/2026 até as 09:59 hrs.**

3.1.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2.1 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.2 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.2.3 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.2.4 - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.2.5 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 - O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.4.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.4.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2026, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5 - A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2 - O intervalo mínimo entre os lances será de R\$0,05 (cinco centavos).

3.8.3 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

Secretaria Municipal de Compras e Licitações

Av. da Liberdade, s/n, Centro, Arraial do Cabo – RJ, CEP:28930-000

e-mail: compras.licitacao@arraial.rj.gov.br



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

Compras e
Licitações

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

4.1 - A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS.

4.2 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

4.2.1 - Valor unitário e total do item/lote ou desconto percentual, conforme o caso.

4.2.2 - Quantidade.

4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4 Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

4.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6 Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

4.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.10 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.11 O prazo mínimo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contar da data



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

de sua apresentação.

4.11.1 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.12 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA FASE DE HABILITAÇÃO

5.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo eles:

5.2 Habilitação Jurídica e Fiscal

5.2.1 a) registro comercial, para empresa individual;

b) ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento;

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

5.2.3 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto docertame.

5.2.4 Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativas com as Fazendas - Federal, Estadual (Dívida ativa estadual, e débitos tributários não inscritos), Municipal,



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

Compras e
Licitações

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.

5.2.5 Certidão de regularidade de débito junto ao Sistema de Seguridade Social (INSS).

5.2.6 Certificado de regularidade de débito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.2.7 Prova de Regularidade junto à Justiça do Trabalho.

5.2.8 Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG).

5.2.9 - Demais Documentos de Habilitação

5.2.9.1- Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e do Estado onde tiver sede o particular;

5.2.10 Prova do enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte,

nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se for o caso;

5.2.11 Declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento e ao cumprimento do disposto do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **sendo tácita quando omitida.**

5.2.12 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58 da lei nº 11.101 de 09 de fevereiro de 2005 sob pena

6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E FISCALIZAÇÃO

de inabilitação.



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

6.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e da fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado à contratada conforme regras estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

8.DOS RECURSOS E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

8.1 Qualquer fornecedor poderá, durante o prazo de 10 minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao fornecedor declarado vencedor.

8.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico de contratações ou, em sua indisponibilidade, para o e-mail compras.licitacao@arraial.rj.gov.br, mediante confirmação de recebimento, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.3 Os demais fornecedores ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

8.4 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.5 Caberá ao Agente de Contratação, no prazo de 3 (três) dias úteis, receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade superior quando mantiver sua decisão, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Será assegurado ao fornecedor vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

8.9 Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimentos sobre este Aviso e seus Anexos, devendo protocolar o pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data da abertura do certame.

8.10 A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 1 (um) dia útil, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.11 O pedido de esclarecimento poderá ser realizado por forma eletrônica, através do e-mail compras.licitacao@arraial.rj.gov.br, mediante confirmação de recebimento.

8.12 Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.13 Modificado substancialmente o Aviso de Dispensa Eletrônica como resultado da resposta ao pedido de esclarecimento, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e o Decreto estadual nº 48.891, de 10 de janeiro de 2024, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

essas obrigações.

9.6 É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9 O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

comunicados à autoridade nacional **À LGPD**

10.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

10.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

10.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

10.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

10.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

10.7 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

10.8 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **<https://www.arraial.rj.gov.br/>**.

10.9 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO VI – VALORES ENCONTRADOS EM PESQUISA DE PREÇOS

Arraial do Cabo, 10 de Março de 2026.

DIOGO DOS SANTOS DE MORAIS

Secretário Municipal de Compras e Licitações



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

Compras e
Licitações

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

ANEXO - I

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO 2.0

1. DO OBJETO

- 1.1 Trate-se de aquisição de material e equipamentos operacionais para o Setor de Almoxarifado e Patrimônio do Fundo Municipal de Educação, incluindo transporte, entrega dos itens e objetos contratados, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste de Termo de Referência.
- 1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3 A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da autorização de fornecimento, podendo ser prorrogado, observando o art. 105 da Lei nº 14.133/21.

ITEM	DESCRIÇÃO (aproximada)	QUANTIDADE	UNID.
1.	CARRINHO PARA TRANSPORTE DE CARGAS: Carrinho para transporte, com estrutura em tubo de aço; barra e reforço lateral e transversal; base com travessa para volumes menores. - Tubo de aço (mm) – espessura (1,50) - Altura: 1260 mm. - Base: 350 mm - Comprimento: 440 mm - Roda: tipo maciça - Cubo: rolete - Capacidade de carga: 300kg	27 unidades	UND
2.	CAIXA PLÁSTICA GRUPLAST HORTIFRUTI VERDE 20KG/50 LITROS Caixa Plástica Agrícola vazada CP31 TAS; totalmente vazada; ombreiras para facilitar o transporte; espaço para gravação personalizada; sem tampa. - Dimensões externas: 36,5cm (largura) x 55cm (comprimento) x 31cm (altura). - Dimensões internas: 33cm (largura) x 51cm (comprimento) x 30cm (altura). - Peso do produto: 1,6kg	40 unidades	UND

Secretaria Municipal de Compras e Licitações

Av. da Liberdade, s/n, Centro, Arraial do Cabo – RJ, CEP:28930-000

e-mail: compras.licitacao@arraial.rj.gov.br



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade volumétrica: 50,49 litros - Capacidade de carga por caixa: 20kg - Empilhamento: até 11 caixas - Capacidade de carga em empilhamento: 220kg - Cubagem por volume: 0,124m³ 		
3.	<p>LUVA ANTICORTANTE NÍVEL 5 – PARES</p> <p>Luva de segurança, confeccionadas com fios de elastano e fibra de vidro com polietileno ((hppe polietileno de alta densidade), revestidas com pu (poliuretano), na face palmar e pontas dos dedos, punho elastano, formatos ou anatômicos.</p> <p>Tamanho: G</p>	50 unidades	UND
4.	<p>LUVA DE MALHA COM PIGMENTOS EM PVC – PARES</p> <p>Descrição: Luva pigmentada, malha com pigmentos em PVC nas palmas e nos dedos. Desenvolvida para proporcionar proteção e conforto. Além de possuir o certificado de aprovação de uma luva de segurança tricotada com pigmentos em PVC.</p>	50 unidades	UND
5.	<p>ESCADA DUPLA EM ALUMÍNIO – 6 DEGRAUS</p> <p>Escada Dupla reforçada com degraus e corrimãos duplos, suporta até 120kg. Leve e resistente, é confeccionada em alumínio e é apropriada para atividades que necessitam mais tempo de permanência. Com ela você consegue alcançar prateleiras, armários e outros locais mais altos com mais segurança.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Degraus e corrimãos duplos - Trava de segurança. - Pés antiderrapantes - Capacidade máxima de 120kg - Material em alumínio - Número de graus: 6 degraus - Altura máxima: 1,75m / Altura aberta: 1,75m / Altura fechado: 1,88m / Altura útil: 1,30m / Largura: 0,45m / Peso: 6,1kg 	27 unidades	UND
6.	<p>CANETA DE GRAVAÇÃO COM 36 ESTÊNCILES COM CARREGADOR</p> <p>Caneta de gravação elétrica com 36 Estêncil, ferramenta de gravação sem fio 25w com 35bits, minigravadores micro profissionais recarregáveis USB para joias madeira e metal pedra de vidro (preto).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cor: preto - Marca: Veronni - Tensão: 3,6 volts - Fonte de alimentação por bateria. 	04 unidades	UND



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

7.	JOGO DE FERRAMENTAS OFICINA MASTER – MALETA COM 178 ITENS Descrição: JOGO oficina master 5000R possuindo amplo mix de chaves, soquetes e acessórios, nos diversos perfis essenciais para o dia a dia tornan-do-a uma oficina móvel. - Aço cromo vanádio (Cr-V). - Maleta organizadora com fecho de metal.	01 unidade	UND
8.	PARAFUSADEIRA E FURADEIRA DE IM-PACTO COM 2 BATERIAS 20V LI-ION Descrição: Com tecnologia Brushless, parafusadeira/furadeira de impacto sem fio 20V. - Bateria 20V MAX Li-ion - Torque máximo 65 Nm - Velocidade sem carga 0-550 / 0-1750RPM - Mandril em aperto rápido 1/2” (13mm) - Capacidade de madeira 25mm - Capacidade aço 13mm - Capacidade concreto 6,5mm - Impactos por minuto 0-8000 / 0-29750 IPM Conteúdo: - 1 Parafusadeira/Furadeira 1/2” - 2 Baterias 20V MAX* 2,0 Ah - 1 Carregador bivolt - 1 Maleta	01 unidade	UND
9.	ETIQUETAS DE IDENTIFICAÇÃO PATRIMONIAL 40x13mm / 46x15mm (padrão) Placa de identificação patrimonial em alumínio anodizado, rígido, tamanho padrão (0,46mm x 0,15mm). Impressão Digital UV 1440 dpi, personalizadas com logotipo, numeração e código de barras no padrão ISSO, dando continuidade a numeração anterior existente no Departamento de Patrimônio deste Fundo, sendo necessário a numeração 10.001 até 30.000, sendo adquirida um total de 20.000 plaquetas.	20.000 unidades	UND

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A presente contratação não está prevista no PCA 2025 (Plano de Contratação Anual) do FME. Entretanto, a justificativa que fundamenta a necessidade da contratação está disponível no Estudo Técnico Preliminar nº31/2025, presente à folha 33.



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

- 2.2 O Setor de Almoxarifado e Patrimônio do Fundo Municipal de Educação apresenta a necessidade em relação a diversos itens que irão suprir as demandas do setor.
- 2.3 A aquisição dos equipamentos e materiais discriminados no item anterior proporcionará maior agilidade no transporte de objetos, na movimentação de grandes cargas, na identificação dos itens e, principalmente, no armazenamento dos bens.
- 2.4 Em resumo, garantir um ambiente seguro e bem-abastecido é uma medida essencial para promover o bem-estar e a produtividade de todos os envolvidos.
- 2.5 Portanto, a gestão eficiente e estratégica deste tipo de serviço não se restringe apenas a uma necessidade operacional, mas configura-se como uma prioridade crucial para a promoção da qualidade e segurança, demonstrando o comprometimento institucional com a missão de proporcionar um ambiente seguro, acolhedor e propício para a rede.
- 2.6 Portanto, justifica-se a aquisição de tais itens pela necessidade de fornecer melhor qualidade, agilidade e segurança na execução dos serviços do setor de almoxarifado e patrimônio.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A solução visa otimizar os fluxos de trabalho do setor de almoxarifado e patrimônio, promovendo mais agilidade na recepção, movimentação e distribuição dos materiais, além de uma melhor organização e armazenagem dos itens, fortalecendo também o controle patrimonial por meio da identificação adequada de bens e melhor condições de trabalho dos servidores.
- 3.2 O carrinho para transporte irá facilitar a movimentação de cargas, trazendo mais segurança para os servidores e operadores, além de agilizar a execução dos serviços.
- 3.3 No caso da caixa plástica de hortifruti irá auxiliar o armazenamento de forma empilhável e facilitar o acesso dos funcionários no momento de busca e retirada de itens.
- 3.4 No caso das luvas anticortantes se faz essencial para a proteção individual em tarefas de risco, como transporte de materiais metálicos.



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026
PROCESSO Nº: 2463/2025

3.5 As luvas de malha com pigmento em PVC são necessárias para dar segurança e estabilidade para os servidores, sendo ideal para a movimentação de mobiliários pesados.

3.6 Já a escada dupla de alumínio atende à NR-18 (norma de segurança de trabalho) e evita improvisos perigosos na busca de materiais em locais mais altos.

3.7 Os materiais patrimoniais são essenciais para facilitar a identificação e o armazenamento dos bens, otimizando o controle e a organização do patrimônio.

3.8 A caneta de gravação elétrica e as etiquetas de identificação garantem a redução de extravios e desvios de materiais, facilitando a fiscalização em inventários.

3.9 A aquisição de jogo de ferramentas é necessária para atender às demandas do Departamento de Patrimônio, que frequentemente realiza a montagem, desmontagem e ajuste de bens móveis. O item proporcionará agilidade e eficiência nas atividades operacionais.

3.10 A parafusadeira também irá auxiliar e agilizar em todo o processo de montagem e desmontagem de itens.

3.11 Além disso, as etiquetas de identificação são de suma importância para registrar os itens e bens do FME através do setor de patrimônio, ajudando no melhor controle e segurança de cada item de responsabilidade do fundo.

3.12 É importante destacar que os itens são duráveis, necessitando de pouca manutenção, além de uma longa vida útil.

3.13 Todos os materiais e equipamentos estão discriminados no item 1 desse Termo de Referência, assim como no Estudo Técnico Preliminar nº31/2025 do presente processo.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Visando manter os níveis desta contratação dentro dos padrões adequados, verifica-se a necessidade de estabelecer, no mínimo, as seguintes exigências:

4.1.2 Requisitos de Negócio

4.1.3 Apoio a gestão eficiente do almoxarifado e do patrimônio público;

4.1.4 Aderência integral aos termos do instrumento convocatório, à proposta vencedora e ao contrato celebrado, assegurando que a execução do objeto atenda às condições estabelecidas pela Administração, em conformidade com os princípios



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

da legalidade, isonomia e vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º, 18 e 92 da Lei nº 14.133/2021).

- 4.1.5 Utilização exclusiva de produtos devidamente certificados por órgãos competentes, que não apresentem potencial depressivo, nocivo ou prejudicial à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio público, em conformidade com a legislação vigente.
- 4.1.6 Garantir a adequada organização, identificação e controle dos bens;
- 4.1.7 Padronização dos materiais utilizados nas atividades de recebimento, armazenamento, movimentação e distribuição de bens;
- 4.1.8 Promover maior agilidade no trabalho diário do setor;
- 4.1.9 Redução de perdas e extravios dos materiais e bens patrimoniais;
- 4.1.10 Aumentar a eficiência na prestação de contas na gestão dos materiais e bens públicos;
- 4.1.11 Além da adequada identificação física dos bens;
- 4.1.12 Garantia dos serviços administrativos e de suporte;
- 4.1.13 Evitar desabastecimento ou atrasos na execução das atividades.

4.1.14 Requisitos Legais da Solução

A solução adotada neste documento deve orientar-se e respeitar as seguintes normatizações:

- Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente quanto aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e gestão por resultados (art. 5º), bem como às exigências previstas para contratações públicas de bens (arts. 11, 18, 40 e seguintes).
- Código de Defesa do Consumidor, Lei nº8.078/1990, que estabelece normas de ordem pública e interesse social, regulando as relações de consumo entre fornecedores (quem produz, distribui ou vende produtos/serviços) e consumidores (pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produtos ou serviços como destinatário final).



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

- Decreto Nº 4121/2024, que Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional do Município de Arraial do Cabo;
- Decreto Nº 4.122/2024, que institui normas de tramite processual nas contratações firmadas pela Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional e demais entidades controladas direta ou indiretamente por este Município e dá outras providências.
- Decreto Federal nº 10.540/2020, que estabelece normas para a adoção do Siafic (Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle), no que tange ao controle de bens patrimoniais e materiais de consumo.
- Decreto Nº3.900 de 08 de Março de 2023, que regulamenta a gestão de bens móveis, no âmbito municipal.
- Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- Compatibilidade com os procedimentos e normas internas de controle patrimonial e de almoxarifado do órgão ou entidade, em conformidade com as Instruções Normativas, Portarias e Resoluções locais.
- Atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quando aplicável, especialmente em relação à qualidade, durabilidade e segurança dos materiais adquiridos.
- Respeito às normas de acessibilidade e ergonomia, conforme a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), sempre que os materiais envolvam mobiliários, equipamentos ou outros itens de uso comum.
- Observância da legislação ambiental, especialmente no que se refere à sustentabilidade nas contratações públicas, em atendimento ao art. 20 da Lei nº 14.133/2021, buscando adquirir materiais com menor impacto ambiental, quando tecnicamente viável e economicamente justificável.



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

- Cumprimento de eventuais exigências de órgãos de controle interno e externo, tais como Tribunal de Contas, Controladoria Geral e Ministério Público, referentes à aquisição, registro e controle de bens públicos.

4.1.15 Requisitos Gerais da Solução

Também são requisitos relevantes a serem exigidos das empresas, no mínimo, os abaixo relacionados:

- Aderência aos termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual, municipal e normatizações relacionadas vigentes;
- A solução deverá atender às necessidades do setor de almoxarifado e patrimônio, garantindo que os materiais adquiridos sejam compatíveis com os processos de armazenamento, controle, organização, movimentação e identificação de bens.
- Fornecimento de materiais novos, de primeiro uso, em perfeito estado de conservação, funcionamento e acabamento, devidamente embalados e rotulados pelo fabricante.
- Atendimento às normas técnicas pertinentes, especialmente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quando aplicáveis, assegurando padrões mínimos de qualidade, resistência, durabilidade e segurança.
- Compatibilidade com os sistemas e processos internos de controle de materiais e bens patrimoniais utilizados pela administração pública, tais como etiquetas para patrimônio, caixas organizadoras compatíveis com estantes existentes, entre outros.
- Garantia mínima de fábrica para materiais duráveis, quando aplicável, com prazo de 90 dias, conforme o Art. 26 do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990.
- Responsabilidade do fornecedor pela substituição de itens entregues com defeito, danificados, em desacordo com as especificações ou fora do prazo, sem ônus adicional para a Administração.



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

- Observância das condições de sustentabilidade ambiental previstas na legislação, priorizando, sempre que possível, materiais recicláveis, reutilizáveis, biodegradáveis ou com certificações ambientais.
- Capacidade do fornecedor de cumprir as obrigações contratuais nos prazos e quantidades solicitadas, garantindo o fornecimento contínuo e eficaz conforme as necessidades da Administração.
- Apresentação de nota fiscal e demais documentos exigidos para a regularização da entrega, em conformidade com as normas tributárias e fiscais vigentes.
- Adoção de requisitos que não limite a competição, de acordo com um dos princípios bases da Lei nº14.133/21, que busca assegurar a ampla participação de fornecedores, evitando o direcionamento ou restrição indevida.
- Garantia de prevalência dos Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência (LIMPE), previstos no art. 37 da Constituição Federal e aplicáveis à contratação pública nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1 O referido fornecimento e elaboração deste Termo tem amparo legal na Lei nº 14.133/2021.
- 5.2 O objeto constante deste Termo de Referência deverá ser entregue no local que será indicado na Ordem de Fornecimento, de segunda a sexta-feira, das 8h à 12h e 14h às 16h, obedecendo ao horário de expediente.
- 5.3 Cabe a CONTRATADA arcar com os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.
- 5.4 A aquisição será de forma integral e direta, adquirindo todo o quantitativo que foi solicitado pelo Fundo Municipal de Educação.
- 5.5 Os itens deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias úteis a contar da emissão da Ordem de Fornecimento. Além disso, deverão ser entregues acompanhados da



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026
PROCESSO Nº: 2463/2025

documentação fiscal, juntamente com a cópia da Ordem de Fornecimento, devendo haver agendamento prévio junto à CONTRATANTE, por e-mail.

5.6 Os materiais deverão estar em conformidade com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e devidamente acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto, marca, modelo, data de fabricação e validade, de acordo com as características individuais de cada produto, bem como o número do lote na embalagem, apresentando perfeitas condições de uso.

5.6.1 A CONTRATADA deverá entregar os bens de acordo com o ofertado em sua proposta e em absoluta conformidade com as exigências contidas neste instrumento.

5.7 O Fundo Municipal de Educação reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações, podendo cancelar o contrato e aplicar as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

5.8 A aquisição não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.9 A CONTRATADA deverá possuir equipe para executar o descarregamento dos produtos no local indicado pela CONTRATANTE.

5.10 A CONTRATADA deverá executar o fornecimento dos itens utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios, necessários a perfeita execução contratual, conforme disposto nesse Termo de Referência;

5.11 As aquisições que não tenham sido autorizados formalmente serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.

5.12 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 As partes devem cumprir integralmente o contrato, conforme as cláusulas acordadas e as disposições da Lei nº 14.133/21, além do Decreto Municipal nº4121, sendo responsáveis por quaisquer consequências decorrentes de sua não execução total ou parcial.
- 6.2 As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser feitas por escrito sempre que necessário, sendo aceitável o uso de mensagem eletrônica para tal propósito.
- 6.3 O objeto fornecido será fiscalizado por servidores designados pela CONTRATANTE, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.
- 6.4 As exigências e a atuação da fiscalização pelo Fundo Municipal de Educação em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.
- 6.5 O contrato deve estar de acordo com os artigos 17, 18 e 19 do Decreto Municipal nº4121:

Subseção IV Atividades de Gestão e Fiscalização de Contratos

Art. 17. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se: I - gestão de contrato - a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

II - fiscalização técnica-administrativa - o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa; bem como o acompanhamento dos aspectos



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento. Parágrafo único. As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, assegurada a distinção das atividades.

Subseção V Gestor do contrato:

Art. 18. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos;

VI - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

VII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

IX - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

X - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

Subseção VI Fiscal técnico

Art. 19. Caberá ao fiscal técnico-administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

VI - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato;

IX - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

X - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

XI - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

XII - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

6.6 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

6.6.1 Das obrigações do CONTRATANTE:

6.6.1.1 A contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do termo contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/21.

6.6.1.2 Fiscalizar a execução da contratação, o que não fará cessar ou dirimir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

6.6.1.3 Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

Compras e
Licitações

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

- 6.6.1.4 Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.
- 6.6.1.5 Cumprir e exigir o cumprimento do disposto nas cláusulas do contrato podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais.
- 6.6.1.6 Poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a qualificação econômico-financeira.
- 6.6.1.7 Emitir Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento, bem como efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados;
- 6.6.1.8 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.6.1.9 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 6.6.1.10 a. Aplicar as penalidades por descumprimento de obrigações pactuadas neste Termo de Referência, no edital de licitação e demais anexos.
- 6.6.1.11 Disponibilizar de pessoal para o recebimento do objeto no horário acordado.
- 6.6.1.12 Reservar local apropriado para o recebimento do objeto deste Termo de Referência;

6.6.2 Das obrigações da CONTRATADA:

- 6.6.2.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.6.2.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações dos itens de acordo com esse Termo de Referência, prazo e local



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

constantes no Caderno de Informações Técnicas ou na Ordem de Fornecimento conforme citado no item 5.2 deste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

- 6.6.2.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17, o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).
- 6.6.2.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 6.6.2.1.4 Comunicar a contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 6.6.2.1.5 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 6.6.2.1.6 Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência e no Edital, inclusive no que se refere ao cumprimento das regras do controle de qualidade e quanto ao compromisso de fornecimento dos quantitativos solicitados.
- 6.6.2.1.7 Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 6.6.2.1.8 Informar a contratante, conforme o caso, a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento.
- 6.6.2.1.9 Executar todos os serviços com mão de obra qualificada (incluindo fretes, entregas e afins), devendo a contratada cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, relativas aos processos de fabricação objetos do presente Termo, no que couber.
- 6.6.2.1.10 Assumir a responsabilidade por toda a logística de entrega;
- 6.6.2.1.11 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

- 6.6.2.1.12 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega do objeto, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 6.6.2.1.13 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração Pública;
- 6.6.2.1.14 Não permitir a utilização do trabalho do menor nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 6.6.2.1.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.6.2.1.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos valores e quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;
- 6.6.2.1.17 Permitir o acompanhamento da entrega por parte dos agentes da administração;
- 6.6.2.1.18 Comunicar a fiscalização do Contrato acerca de qualquer fato impeditivo que prejudique a entrega.

6.7 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 6.7.1 Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 6.7.1.1 Advertência;
 - 6.7.1.2 Multa;
 - 6.7.1.3 Impedimento de licitar e contratar e
 - 6.7.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.7.2 Na aplicação das sanções serão considerados:



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

- 6.7.2.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 6.7.2.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 6.7.2.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 6.7.2.4 Aos danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 6.7.2.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, desde que tal possibilidade já tenha sido objeto de regulamentação pelo Município de Arraial do Cabo.
- 6.7.3 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 6.7.4 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 6.7.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.7.6 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 6.7.7 Caberá recursos no prazo de 15 (quinze) dias úteis a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida.
- 6.7.8 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

- 6.7.9 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados, que pode ser cobrada no mesmo processo sancionatório.

7 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

- 7.1.1 Os bens deverão ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 20 (vinte) dias.
- 7.1.2 Cabe ao fiscal do contrato avaliar o caso concreto para fim de fixar prazo para as correções.
- 7.1.3 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação de qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo assinado pela contratante;
- 7.1.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- 7.1.5 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custado da contratada, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2 DO PAGAMENTO:

- 7.2.1 A Contratante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias da data do recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até que haja a regularização delas.
- 7.2.2 O Fundo Municipal de Educação, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar,



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Termo de Referência.

- 7.2.3 No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Fundo Municipal de Educação encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 7.2.4 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = encargos moratórios devidos; N = números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = valor da prestação em atraso.
- 7.2.5 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.2.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.2.7 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário previsto na referida Lei Complementar.

7.3 DO REAJUSTE:

- 7.3.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 7.3.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

- 7.3.4 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.3.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.3.6 Reajuste será realizado por aditivo.

8 DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 FORMA E SELEÇÃO:

- 8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de contratação direta, na modalidade de dispensa, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.2 FORMA DE FORNECIMENTO:

- 8.2.1 O fornecimento do objeto será feito de forma integral, de acordo com o quantitativo solicitado.

8.3 EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:

- 8.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.3.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.3.1.3 Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>.

8.3.1.4 Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou Sociedade Identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.3.1.5 Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme IN DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.3.1.6 Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.3.1.7 Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.1.8 Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações da consolidação respectiva.

8.4 Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante apresentar, conforme o caso, os seguintes documentos:

8.4.1 Certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública Estadual, devendo ser observado, quando a empresa possuir domicílio no Estado do Rio de Janeiro, a resolução conjunta PGE/SER nº 33/2004, juntando-se as certidões obtidas junto à SERG/RJ e a PGE/RJ;

8.4.2 Certidão de ISS;

8.4.3 Comprovação de idoneidade de CEIS e CNEP;

8.4.4 Certidão negativa de licitantes inidôneos;



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

- 8.4.5 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.4.6 Declaração de reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, com fulcro no art. 116 da Lei 14.133/21.
- 8.4.7 Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- 8.4.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.4.9 Prova de regularidade fiscal perante a fazenda nacional, mediante apresentação e certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.4.10 Prova da regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 8.4.11 Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.4.12 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.4.13 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova da inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026
PROCESSO Nº: 2463/2025

8.5 Para fins de comprovação da qualidade econômico-financeira, deverá o licitante apresentar, o(s) seguinte(s) documento(s):

8.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.

8.5.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

8.5.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.5.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.5.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.5.3.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

8.5.3.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

8.5.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) valor total estimado do item pertinente.

8.5.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.5.6 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026

PROCESSO Nº: 2463/2025

8.6 Para fins de qualificação técnica:

8.6.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.6.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.6.1.1.1 Atestado(s)/declaração(ões) de capacidade técnica do(s) licitante(s), fornecido(s) por empresas distintas, públicas ou privadas, em papel timbrado da pessoa jurídica, assinado pelo representante autorizado da empresa ou órgão emissor, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do quantitativo estabelecido.

8.6.2 O licitante deverá atestar, por meio da declaração, o cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiências caso se encaixe nos quantitativos dispostos no art. 93 da Lei nº 8.213/91.

8.6.3 Outros documentos eventualmente necessários à qualificação técnica estão indicados ao longo do Edital e seus anexos.

8.6.4 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.6.5 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.6.6 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentro outros documentos.

9 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 A estimativa do valor da contratação é de



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026
PROCESSO Nº: 2463/2025

_____ conforme pesquisa de
preço presente em anexo ao Estudo Técnico Preliminar nº31/2025.

9.2 Os parâmetros utilizados para obtenção dos preços, bem como os documentos que
dão suporte foram apresentados juntamente com o Estudo Técnico Preliminar nº
31/2025 – FME.

9.3 O método utilizado foi a média.

10 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

18.001.002.12.361.0018.2003 - 3.3.90.30.00.00 - fonte 2.573 - Material de Consumo -
FICHA 1375 - Manutenção e Operacionalização da Unidade.

18.001.002.12.361.0018.2075 - 3.3.90.30.00.00 - fonte 2.573 - Material de Consumo -
FICHA 1380 - Manutenção do Ensino Fundamental.

18.001.002.12.365.0018.2076 - 3.3.90.30.00.00 - fonte 2.573 - Material de Consumo -
FICHA 1384 - Manutenção da Educação Infantil - Creche.

18.001.002.12.365.0018.2077 - 3.3.90.30.00.00 - fonte 2.573 - Material de Consumo -
FICHA 1389 - Manutenção da Educação Infantil – Pré Escola.

18.001.002.12.366.0018.2078 - 3.3.90.30.00.00 - fonte 2.573 - Material de Consumo -
FICHA 1393 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos.

18.001.002.12.367.0018.2079 - 3.3.90.30.00.00 - fonte 2.573 - Material de Consumo -
FICHA 1395 - Manutenção da Educação Especial.

Arraial do Cabo, 10 de Outubro de 2025

Elaborado por:

Lucas Aguiar Rosa



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2026
PROCESSO Nº: 2463/2025

Assessora de Compras e Licitações

Matrícula nº 66.361

Drielle Varela de Lima Macedo

Assessor de Gestão Administrativa II Educação Matrícula 66.992

Aprovado por:

Bernardo Martins Alcantara Veiga da Silva

Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

Matrícula 56.963



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

ANEXO II – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

1.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

1.1.3 Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>.

1.1.4 Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou Sociedade Identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

1.1.4.1 Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme IN DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

1.1.4.2 Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

1.1.4.3 Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

1.1.4.4 Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

1.1.5 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações da consolidação respectiva.

1.2 Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante apresentar, conforme o caso, os seguintes documentos:

1.2.2 Certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública Estadual, devendo ser observado, quando a empresa possuir domicílio no Estado do Rio de Janeiro, a resolução conjunta PGE/SER nº 33/2004, juntando-se as certidões obtidas junto à SERG/RJ e a PGE/RJ;

1.2.3 Certidão de ISS;

1.2.4 Comprovação de idoneidade de CEIS e CNEP;

1.2.5 Certidão negativa de licitantes inidôneos;

1.2.6 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.2.7 Declaração de reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, com fulcro no art. 116 da Lei 14.133/21.

1.2.8 Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

1.2.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.2.10 Prova de regularidade fiscal perante a fazenda nacional, mediante apresentação e certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.2.11 Prova da regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

1.2.12 Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.2.13 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

1.2.14 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova da inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.

1.3 Para fins de comprovação da qualidade econômico-financeira, deverá o licitante apresentar, o(s) seguinte(s) documento(s):

1.3.2 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.

1.3.3 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

1.3.4 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

1.3.4.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

1.3.4.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.3.4.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

1.3.4.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

1.3.5 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) valor total estimado do item pertinente.



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

1.3.6 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.3.7 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

1.4 Para fins de qualificação técnica:

1.4.2 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

1.4.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

1.4.2.1.1 Atestado(s)/declaração(ões) de capacidade técnica do(s) licitante(s), fornecido(s) por empresas distintas, públicas ou privadas, em papel timbrado da pessoa jurídica, assinado pelo representante autorizado da empresa ou órgão emissor, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do quantitativo estabelecido.

1.4.3 O licitante deverá atestar, por meio da declaração, o cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiências caso se encaixe nos quantitativos dispostos no art. 93 da Lei nº 8.213/91.

1.4.4 Outros documentos eventualmente necessários à qualificação técnica estão indicados ao longo do Edital e seus anexos.

1.4.5 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

1.4.6 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

1.4.7 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentro outros documentos.

OUTRAS COMPROVAÇÕES:

Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo II – A, elaborada em papel timbrado, atestando que:

- a) Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021).
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021).
- c) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021).
- d) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021).
- e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

-
- f) Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.arraial.rj.gov.br.
- g) No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido.
- h) No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra.
- i) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
- j) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e o Decreto Municipal nº 4.381/2025, e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- k) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

l) O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Observação: No caso de indisponibilidade dos documentos poderão ser apresentadas as respectivas publicações no Diário Oficial competente.



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº x x x x x x , sediada na x x x x x , por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

1. Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
2. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
3. Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
6. Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.arraial.rj.gov.br
7. No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

8. No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;

9. Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

10. Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e o Decreto Municipal nº 4.381/2025, e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

11. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

xxxxxxx. xxx de xxxxx de 2026



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

**Compras e
Licitações**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA ELETRÔNICA Nº ____/2026

PROCESSO: 2463/2025

A empresa abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**, pelos preços e condições assinalados na presente proposta.

Proponente: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

—

Telefone:(____) _____ CNPJ: _____

E-mail:

Item	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
ITEM 01	Descrição resumida do item		R\$	R\$



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

-
- 1) Declaro que a proposta ofertada inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital de Dispensa Eletrônica nº ____/2026.
- 2) O prazo de validade desta proposta comercial é de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

DADOS BANCÁRIOS: BANCO: CONTA CORRENTE:

Arraial do Cabo, ____ de ____ de 2026

Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

(Processo Administrativo nºxxx/202x)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
xxx/202x, QUE FAZEM ENTRE SI O
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA
XXXXXX.

O XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua xxxxxxxxx, na cidade de Arraial do Cabo/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário Municipal XXXXXX, o Sr. XXXXXXxxxxxxxxxx, nomeado(a) pela Portaria nº xxxx, de xxx de xxxxx de 202x, portador da Matrícula Funcional nº xxxxx., doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA xxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº .xxxxx., sediado(a) na xxxxxxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. (a) xxxxx (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa/procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxx/202x e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Dispensa Eletrônica Eletrônico nº xxx/202x*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de xxxxxxxxx, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

1			
---	--	--	--

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Dispensa de Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de xxxx (xxx) meses contados do(a) xxxxx..

2.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante formalização de termo aditivo, quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

2.2.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite da apresentação da proposta.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato.
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Arraial do Cabo para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i) A Administração terá o prazo de xxxx dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de xxxx dias.
- k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

b) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

e) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

- f) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- g) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- h) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- j) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- k) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- l) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- n) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante ou contratado que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) der causa à inexecução parcial do contrato;
- e) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- f) der causa à inexecução total do contrato;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c”



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

11.5 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.6 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.9 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II – desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV – decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V – caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

VII – não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

12.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.8 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Arraial do Cabo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

17.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e o Decreto estadual nº 48.891, de 10 de janeiro de 2024, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

17.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

17.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6 É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7 O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

17.8 O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.9 O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

17.11 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Arraial do Cabo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Arraial do Cabo, xx de xxxxxx de 202x.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____



MINUTA DE EDITAL DISPENSA ELETRONICA Nº xxxx/2025
PROCESSO Nº: 2463/2025

**ANEXO VI – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO OBTIDA ATRAVÉS DA
PESQUISA DE PREÇOS**

Item	Descrição Resumida	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CARRINHO PARA TRANSPORTE DE CARGAS	27	UND	R\$ 449,62	R\$ 12.139,74
2	CAIXA PLÁSTICA GRUPLAST HORTIFRUTI VERDE 20KG/50 LITROS	40	UND	R\$ 39,00	R\$ 1.560,00
3	LUVA ANTICORTANTE NÍVEL 5 – PARES	50	UND	R\$ 40,49	R\$ 2.024,50
4	LUVA DE MALHA COM PIGMENTOS EM PVC – PARES	50	UND	R\$ 3,50	R\$ 175,00
5	ESCADA DUPLA EM ALUMÍNIO – 6 DEGRAUS	27	UND	R\$ 565,58	R\$ 15.270,66
6	CANETA DE GRAVAÇÃO COM 36 ESTÊNCILES COM CARREGADOR	04	UND	R\$ 200,99	R\$ 803,99
7	JOGO DE FERRAMENTAS OFICINA MASTER – MALETA COM 178 ITENS	01	UND	R\$ 1.283,70	R\$1.283,70
8	PARAFUSADEIRA E FURADEIRA DE IMPACTO COM 2 BATERIAS 20V LI-ION	01	UND	R\$ 974,99	R\$ 974,99
9	ETIQUETAS DE IDENTIFICAÇÃO PATRIMONIAL 40x13mm / 46x15mm (padrão)	20.000	UND	R\$ 0,80	R\$ 16.000,00
Valor Total R\$:				R\$ 50.232,55	